

Educação e Orientação Educacional na Noruega

SUMMARY

Norway is a country where Education is given the importance it deserves. A School district may be open for ten children and maintained for six. The number of pupils per class varies between 15 and 21 and may be temporarily 30, according to the headmaster, but only in the last series.

Educational reforms were formerly prepared by ministerial or parliamentary committees which had submitted their conclusions to public debates. This system was very slow and delayed the updating of Education. The setting up of the Council for Experiment in Schools allowed the process to be more rapid, more profound, more adequate and more active.

The chief objectives of its reform were as follows:

1. A levelling out of the discrepancy between school facilities in urban areas and in the countryside.
2. One school for all children (comprehensive school) compulsory up to the age of 16/17.
3. An introduction for children to the working life they will take up when they leave.

The experiments began in 3 rural local authorities in 1955, they were extended to 11 local authorities in 1959, and to 105 local authorities in 1963/64. In 1968 330 out from the 451 municipalities (city councils) of the Nation maintained already the 9 years compulsory school system.

The new educational system gave birth to the problem of prestige. Every one wants to have a university degree, even though the difference between the salary of a workman and the income of a professional is not so great. As a consequence, there is a growing lack of manpower in the country.

The official documents do not speak about Educational Guidance; they touch the question of Vocational Guidance emphasising the professional training. After the Primary School, the emphasis is always put in guiding the individual to the kind of work he has chosen.

The "Employment Services" have functioned for many years in Norway, but their work is more efficient from 1963 on, when the responsibility for those services was transferred from the local to the State Administration.

Guidance is different in Norway and in Brazil. In Norway, the emphasis is psychological and does not follow the child all over the school course as we pretend to do in Brazil. Nevertheless a program of Educational Guidance can be developed in Norway because school conditions there are different from ours. Schools have not too many classes, have a few pupils per class, and well formed teachers. The teachers are able to cope with the difficulties of the pupils, and this is what Educational Guidance means even when not specifically denominated so. Furthermore they have the Teachers-Counsellors, who are better prepared for counselling, and this fact compensates a restricted number of full-time Counsellors working in a few schools.

An interesting member of the school-staff is the "Social-Teacher", who can be called by the Police at any time of day or night.

An important step in the election of a future career of a pupil is the vocational training the pupils must undergo for a week or two in work conditions in hospitals, shops, offices, and so on.

Conclusion — The Norwegian youth is well assisted in their needs and doubts by the teachers in general, by the teachers-counsellors, by the full-time counsellors, and by a series of Services out of school.

The author wants to thank here the persons who organized his program and attended him during his visit to Norway, I mean,

the Authorities of the Ministry of Education, Mr. Olav Nyhamar, Mr. Einar Nyhus, and of the State Council for Compulsory Education, Mr. Torleiv Hauge, as well as the two counsellors who guided him his visit to schools, they are Mr. Cato Hambro of Bekkestua School and Mrs. Cecilie Murphy of Manglerud School. Their information and the bibliography they furnished allowed him to write this record on Education and Educational Guidance in Norway.

RESUMO

O relato é fruto de uma pesquisa feita "in loco" pelo autor em anos passados.

A Noruega é um país em que se procura dar à educação a importância que ela tem. As leis vigentes permitem abrir um distrito escolar desde que haja dez alunos e mantê-lo aberto desde que perseverem seis. Há escolas em lares e hospitais infantis e as municipalidades são obrigadas a cuidar das crianças que têm de viver fora de casa para estudar. O número de alunos por classe varia entre 15 e 21, podendo temporariamente chegar a 30 nas últimas séries, a juízo do diretor.

Conforme as séries o número de horas-aula varia entre 570 e 1050 por ano. Não haverá mais que 5 horas-aula por dia nos três primeiros anos, nem mais que 6 nos anos seguintes. Se o total da classe não é menor do que 15, os pais podem pedir a divisão da classe com base na língua que falam. É de saber que há duas línguas oficiais na Noruega: o "nynorsk" e o "bokmal".

As reformas educacionais eram antes preparadas por comissões ministeriais ou parlamentares, com debates públicos, do que sempre resultava atraso para o "aggiornamento" na educação. A criação do "Conselho para Experimentação em Educação", em 1954, tornou o processo mais rápido, mais profundo, mais adequado e mais atuante. Desde 1860 era obrigatória a escola de 7 anos. Os principais objetivos propostos para experimentação pelo Conselho foram os seguintes:

1. Equalização das facilidades para educação na cidade e no campo;
2. 9 anos de escola compulsória para todos;
3. um só tipo de escola para todos (escola "compreensiva") até os 16/17 anos;
4. introdução dos jovens na vida de trabalho ao deixarem a escola.

As experiências começaram em 3 localidades rurais. As escolas candidatas à experimentação deveriam provar que tinham capaci-

dade para levá-la a cabo. Em 1959, já 11 autoridades locais faziam a experimentação atingindo 1400 alunos. Esses números subiam para 105 autoridades locais atendendo 98.380 alunos em 1963/64 e, em 1968, já 330 das 451 municipalidades do país mantinham o sistema de 9 anos de escola obrigatória.

O sistema escolar é quase totalmente de responsabilidade do governo. As escolas particulares podem receber ajuda do governo.

Hoje o sistema educacional criou o problema do prestígio. Todos querem ter graus universitários, embora a diferença de salário entre o profissional liberal e o trabalhador manual seja pequena. Isto traz não pequena dificuldade para o problema da mão-de-obra no país.

Os documentos fornecidos pelo "Ministério dos Cultos e da Educação" não falam em "Orientação Educacional". Falam um pouco sobre Orientação Vocacional, sendo a ênfase posta no treinamento profissional. A grande preocupação que se nota em todos os tipos de escola após a primária é o encaminhamento do indivíduo para o trabalho que escolheu. O "Serviço de Colocação em Empregos" data de muitos anos. A Orientação Vocacional é recente na Noruega, mas já antes de 1940 havia para isso Departamentos junto aos escritórios de empregos de duas das maiores cidades do país. Este trabalho é mais profícuo a partir de 1963, quando os escritórios passaram das áreas municipais para a administração do Estado.

A cooperação com as escolas é parte importante da atividade do aconselhador vocacional. É um trabalho de tipo psicológico e não pedagógico e não acompanha o aluno em todo seu curso escolar, como se pretende entre nós.

Pelo que ficou dito acima pareceria não existir Orientação Educacional na Noruega, mas não é bem assim. Escolas relativamente pequenas, classes pouco numerosas, professores bem formados etc., levam à facilidade de contato entre alunos e professores e daí à possibilidade de atendimento dos alunos em dificuldade, pelos próprios professores. O que esses professores fazem é Orientação Educacional, ainda que não em sentido pleno. Há, além disso, Professores-Orientadores que realizam um trabalho melhor. Estes dividem o tempo entre magistério e orientação.

Um elemento interessante da equipe escolar é o "Professor-Social". É um Professor que é também Assistente Social. Sua função diz respeito sobretudo ao aluno com problemas de ordem social: furtos, agressividade social etc. É fichado na Polícia e pode ser convocado por ela a qualquer hora do dia ou da noite. O aluno torna-se seu tutelado e tomam-se providências para que o Professor Social possa assistir o aluno em suas necessidades.

Passo interessante na eleição de carreira é o estágio dos alunos das 8.ª e 9.ª séries, assim como dos 2.º e 3.º anos da "realskole" e do ginásio, em ambiente de trabalho (hospitais, lojas, escritórios etc.).

Conclusão — A juventude norueguesa é bem assistida em suas necessidades e dúvidas, quer pelos professores em geral, quer pelos professores-orientadores, quer por outros serviços existentes fora da escola.

O autor do trabalho deixa aqui seu agradecimento às autoridades do Ministério dos Cultos e da Educação que organizaram seu breve programa e o atenderam no mesmo Ministério, Sr. Olav Nyhamar e Sr. Einar Nyhus, ao Sr. Torleiv Hauge do Conselho de Estado para a Educação Obrigatória, assim como aos dois orientadores que lhe prestaram informações sobre a Orientação na Noruega e foram seus guias nas escolas visitadas, a saber: o Sr. Cato Hambro na Escola de Bekestua e a Sra. Cecilie Murphy na Escola de Manglerud. Foram suas informações e a bibliografia fornecida que permitiram dar esta notícia sobre a Educação e a Orientação Educacional na Noruega.

EDUCAÇÃO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA NORUEGA

Para bem se avaliar a situação da educação na Noruega parece-nos interessante citar alguns artigos da lei que rege o ensino primário, lei que permite ter noção clara das condições do país no que concerne à educação.

LEI de 10 de abril de 1959, *que rege a ESCOLA PRIMÁRIA*.

Capítulo 1.º — A Escola Elementar, seu Objetivo e sua Organização.

2 — *Organização da Escola.*

- 1.2.1. Numa municipalidade pode haver um ou mais distritos escolares que cubram, no todo ou em parte, o território municipal.
- 1.2.3. Não se pode abrir um distrito escolar com menos de 10 alunos e não se pode mantê-los com menos de 6. O Ministro pode permitir exceções em casos especiais, após ouvir o diretor da escola.
- 1.2.5. O Ministério pode ordenar que as municipalidades que mantêm lares e hospitais infantis abram escolas separadas para as crianças em tais instituições.

- 1.2.6. Se as crianças têm de viver fora de casa para freqüentar a escola, a municipalidade proverá acomodação para elas. Outra alternativa seria a municipalidade providenciar transporte para essas crianças, ou pagar um subsídio para o transporte ao pai ou tutor. As soluções achadas para estas situações têm de ser aprovadas pelo diretor da escola.
- 1.2.7. Para as crianças aleijadas, a municipalidade proverá, se necessário, alojamento ou transporte seja qual for a distância à escola.

3 — *Estabelecimento das classes.*

- 1.3.1. Via de regra não deve haver escolas com classe única. Se for, porém, o caso, a escola não poderá ter mais de 12 alunos. O número de alunos não poderá exceder a:
 - 30 numa escola com 2 classes
 - 50 numa escola com 3 classes
 - 85 numa escola com 4 classes
 - 105 numa escola com 5 classes
- 1.3.2. Com a anuência do diretor, o número total de alunos pode ser aumentado temporariamente de 5, 9, 12 e 15 alunos, em escolas com duas, três, quatro e cinco classes respectivamente.
- 1.3.3. Não deve haver mais do que 30 alunos em uma classe. Em casos especiais, o diretor pode permitir que esse número seja 35, mas não nos três primeiros anos da escola e só em classes contendo alunos nascidos no mesmo ano.

4 — *Ensino Auxiliar.*

- 1.4.1. Para alunos incapazes de seguir as classes ordinárias, o conselho escolar providenciará ensino especial auxiliar. Este ensino pode ser provido quer por meio de classes especiais, quer individualmente e pode referir-se a uma só disciplina ou ao conjunto todo das disciplinas escolares.

5 — *Duração do Ano Escolar.*

- 1.5.1. Para os 3 primeiros anos de escola haverá pelo menos 570 horas de aula por ano. Para os outros anos haverá pelo menos 684 horas por ano. Com licença do Conselho Municipal pode haver um máximo de 1050 horas em média para todas as classes.
- 1.5.2. Nos 3 primeiros anos o horário escolar diário não deve exceder 5 horas; nos anos seguintes não deve exceder 6 horas diárias. Nos 3 primeiros anos não deve haver mais que 25 horas por semana.

Capítulo 2.º — Frequência à Escola.

10 — *O direito e o dever de frequência às aulas.*

- 2.10.2. A frequência às aulas deve durar pelo menos 7 anos. Esta obrigação começa aos 7 anos de idade. A pedido dos pais pode começar aos 8 ou aos 6.
- 2.10.3. A obrigação dura até o aluno completar o 7.º ano com resultado positivo, mas não além do verão do ano em que o aluno completa 15 anos. Em casos especiais, o Conselho Escolar pode permitir ao aluno deixar a escola aos 14 anos, independentemente do seu aproveitamento escolar, desde que tenha frequentado a escola por 7 anos.

13 — *Obrigações dos Empregadores.*

Nenhum empregador pode permitir a um aluno trabalhar durante as horas destinadas às aulas, ou tão cedo antes delas, que o aluno não possa chegar à escola descansado e a tempo. Tampouco pode o empregador empregar o aluno, fora das horas de aula, de tal forma que este seja incapaz de se preparar para a escola. Quem quer que infrinja esta provisão está sujeito a multa.

Capítulo 6.º — Provisões várias.

6.37 — *A língua.*

- 6.37.6. Se o total de alunos de uma classe não é menor do que 15, os pais podem pedir que se estabeleça uma classe paralela que use a outra língua para o ensino. (É de saber que há duas línguas oficiais na Noruega: o "nynorsk" e o "bokmal".)

O SISTEMA ESCOLAR ¹

Generalidades — Quando, em 1814, a Noruega separou-se da Dinamarca, eram as autoridades eclesiásticas que abriam caminho no desenvolvimento de uma forma de escola primária. Desde 1739 vinham sendo feitas tentativas de tornar esta escola compulsória. Umhas poucas escolas humanísticas (grammar schools) fundadas pela Igreja Católica na Idade Média haviam sobrevivido à união da Noruega com a Dinamarca e continuavam a ensinar. No início do século XIX já havia algumas escolas secundárias municipais, que ofereciam educação mais prática. A primeira universidade do Estado foi fundada em Oslo em 1813.

1. OLAV HOVE. *The System of Education in Norway*. The Royal Norwegian Ministry of Church and Education, Oslo, 1968, pp. 5-16.

A Constituição Norueguesa de 1814 não continha indicação precisa sobre a organização e o desenvolvimento do sistema educacional do país. Em 1827, o "Ato da Escola Primária" estabeleceu pela primeira vez, a obrigatoriedade da escola primária para todas as crianças. Leis posteriores aperfeiçoaram esta lei à medida das necessidades. Desde 1860 é compulsória a escola primária de 7 anos.² Hoje em dia é uma característica da organização escolar norueguesa o fato de cada tipo de escola ter sua legislação especial, com provisões suplementares exaradas em regulamentações e instruções administrativas. No campo da educação superior e da pesquisa, cada instituição tem legislação à parte.

É por meio desta legislação que a Assembléia Nacional traça linhas de orientação para o desenvolvimento das diferentes partes do sistema educacional. A segunda guerra mundial fez estagnar até 1950 o desenvolvimento do sistema escolar. A década de 50 constituiu um marco na evolução de novas linhas de pensamento em política educacional. A grande necessidade de revisão levou ao "Ato de Experimentação em Educação" de 1954. Este Ato autorizou o Ministério Real da Igreja e da Educação (Det Kongelige Kirkeog Undervisningsdepartement) a fazer experimentações na maior parte dos tipos de escola.

O Ato propiciou um grande programa de reforma, quer no método, quer na estrutura do ensino. A primeira experiência dizia respeito à extensão da escolaridade compulsória de 7 para 9 anos. Depois levou a pesquisas com vistas à melhoria da formação do professorado primário. A experiência estendeu-se eventualmente às escolas de humanidades (grammar schools), a outras escolas secundárias populares (folk high schools) e a vários tipos de escolas técnicas.

Como resultado desta atividade de pesquisa o sistema escolar da Noruega está em fase de transição, desde o primeiro ano da escola primária até à entrada na universidade. A legislação existente foi emendada para permitir novos desenvolvimentos e prepararam-se novas leis para certos tipos de escolas. A fim de levar a cabo estas experimentações e as conseqüentes reformas, foi criado o "Conselho do Estado para Experimentação em Educação", do qual passamos a dar alguma notícia.³

O QUE É — O "Conselho do Estado para Experimentação em Educação" é um corpo consultivo independente, sujeito ao Ministério

2. GUNNAR MORTENSEN and SVEN PERSSON. *Vocational Training in Norway*. The Norwegian Joint Committee on International Policy, Oslo, 1964, p. 14.

3. Noruega. Forsokradet for Skoleverket. *The State Council for Experiment in Education*. Oslo, 1968, 8 pp.

de Educação, cuja função é auxiliar e informar o Ministério e supervisionar todos os projetos e experiências em curso sobre educação. É constituído de 9 membros nomeados pelo rei por um período de 3 anos.

AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE — Desde 1954, o Conselho supervisiona e coordena experiências e projetos de pesquisa em educação. Através do Ministério de Educação, ele informa a Assembléia Nacional por meio de relatórios anuais. Contacta chegadoamente outros Conselhos do mesmo Ministério: o Conselho para a Formação de Professores, o Conselho para a Educação Primária, o Conselho para a Educação Vocacional e o Conselho para a Educação Secundária. Toma também contacto com o Instituto de Educação da Universidade de Oslo.

AS METAS — A lei de 8 de julho de 1954, relativa à experimentação nas escolas, criou algo de novo no campo da reforma escolar. Antes dessa lei, as reformas do sistema educacional eram preparadas por comissões ministeriais ou parlamentares, que submetiam suas conclusões a debates públicos dos quais resultavam os esquemas da nova legislação. De tal procedimento resultava que enorme espaço de tempo havia decorrido entre os primeiros passos dados e o momento em que a lei era posta em vigor. O que a lei de 1954 trouxe de novo foi a criação do "Conselho para Experimentação em Educação" que, na forma em que foi estabelecido, permitiu um processo de reforma mais rápido, mais profundo, mais adequado e mais atuante.⁴

Os objetivos propostos para experimentação eram os seguintes:

1. Equalização das facilidades para educação na cidade e no campo, mesmo com relação à escola secundária.
2. Educação compulsória — conforme as capacidades e os interesses — para todas as crianças até à idade de 16/17 anos.
3. Variada gama de instrução e experiência que garanta aos alunos as condições básicas necessárias para uma escolha natural de formação e ocupação.
4. Maior consideração para disciplinas de caráter prático ou estético, e para as atividades conexas.
5. Um só tipo de escola para todas as crianças (i. é, a escola compreensiva) até os 16/17 anos.
6. Introdução dos jovens na vida de trabalho que vão ter quando deixarem a escola.
7. Oportunidades adequadas de educação geral ulterior e treinamento vocacional.

4. TONNES SIVERAG. *Ten Years of Norwegian School Experimentation*, Oslo, s.d., mimeo., p. 3.

8. Treinamento de professores para o atendimento das necessidades reais da escola.⁵

Toda criança educável deve receber uma forma de educação adequada a ela. A escolaridade básica estendida deve prepará-la para a vida em sua comunidade e para a escolha de uma ocupação. Escolas de educação ulterior devem ser consideradas e vistas de tal forma que sua escolha seja determinada pelas aptidões e interesses dos alunos e não por considerações de prestígio social.⁶

A ESCOLA COMPREENSIVA — A tarefa mais trabalhosa do Conselho para Experimentação em Educação é a assistência às municipalidades no estabelecimento das escolas de 9 anos compulsórios.

Conforme o "Ato sobre a Escola Primária" de 10 de abril de 1959, o estabelecimento dessas escolas depende de um acordo entre a Municipalidade e o Ministério da Educação. O dever do Conselho é, ao mesmo tempo, ajudar a Municipalidade e dar sua própria opinião ao Ministério sobre o assunto.

As autoridades locais que o queiram devem ter a oportunidade de experimentar novas formas de escola para o grupo de idade dos 13 aos 16 anos, sob competente orientação pedagógica.⁷

As primeiras "experiências ad interim", como foram chamadas, foram lançadas em 1955 em três localidades rurais pelas respectivas autoridades locais. O projeto piloto destas experiências era tentar unir a "realskole", a "framhaldsskole" ("escola de continuação") e os dois primeiros anos do ginásio de 5 anos, numa só escola compreensiva, sob direção única e com o mesmo corpo de professores.⁸ A tarefa em vista consistia em conseguir, com estes cursos de educação geral, suplementar um curso de escola compreensiva, a ser chamada "escola preliminar vocacional", curso que devia ser adequado no seu conteúdo e na organização e, ao mesmo tempo, sugestivo, atraente e estimulante para os alunos.⁹ Os planos incluíam:

1. Orientação teórica e prática para várias profissões, i. é, orientação em aula e fora do contexto da classe.
2. Atividade vocacional, i. é, trabalho por uma semana ou duas, em fábrica ou em outra situação ou ofício, trabalho que podia

5. SIVERAG, op. cit., p. 7.

6. Id., ib.

7. Id., p. 8.

8. Id., p. 9; Hove, op. cit., p. 9.

9. SIVERAG, op. cit., pp. 9-10.

ser precedido de uma excursão da classe toda a vários ambientes de trabalho.

3. Atividade sociopedagógica, visando dar unidade à comunidade escolar e fazê-la alcançar êxito.¹⁰

A admissão era feita mediante:

1. Informação sobre os alunos à base de testes de inteligência e de maturidade, de provas de conhecimento de norueguês e aritmética e da apresentação do certificado de fim de curso primário.
2. Manifestação de desejo dos alunos candidatos e de seus pais.
3. Avaliação dos professores.

Assim, nessa década a pesquisa concentrou-se nos primeiros anos da escola secundária (realskole ou junior high school) e nas chamadas "escolas de continuação", que deveriam ser substituídas pelas últimas séries (7.ª a 9.ª) no sistema de 9 anos de escola compulsória.

Nos anos que se seguiram às primeiras experimentações até 1959, já 11 autoridades locais rurais faziam essas "experiências ad interim" nos moldes de escola compreensiva. Os alunos em experimentação eram 1400.¹¹

Muitos alunos não permaneceram no curso em que haviam começado, passando de um curso para outro, mas saíram-se bem no exame ("realskoleeksamen"). "Realskole" é o grau inferior da escola de humanidades. Um dos objetivos destas "experimentações ad interim" era estimular o interesse por atividades experimentais nas escolas, e este interesse cresceu, na verdade, substancialmente.

Os critérios para permitir a autoridades locais participar destas experiências eram:

1. A autoridade local (pais, professores e o próprio Conselho local) deve estar interessada em estender o escopo da educação geral.
2. A autoridade local deve estar determinada a adotar as metas implícitas na extensão para todos da educação geral ampliada.
3. A autoridade local deve ter possibilidade de oferecer condições favoráveis para o lançamento de uma experiência permanente, que vise o estabelecimento para todos de uma educação geral amplamente desenvolvida.

10. SIVERAG, op. cit., pp. 9-10.

11. Id., p. 10.

Destas “experiências ad interim” com escolas de tipo “compreensivo” pode-se dizer que, onde elas se realizaram, as crianças tiveram melhores oportunidades de educação do que tinham tido antes.¹²

A ESCOLA DE 9 ANOS — O passo seguinte para essas atividades experimentais foi o traçado do currículo, dos programas e do horário para a escola de 9 anos. Publicado em 1960, o plano já estava sendo experimentado desde 1959 por três autoridades locais em escolas de tipo 6 + 3, isto é: 6 anos de escola primária e 3 de escola “compreensiva”.

Até 1959, as experiências para a adoção da escola de 9 anos faziam-se dentro da estrutura então vigente para a escola compulsória. Esta durava 7 anos, podendo as autoridades locais, em virtude do parágrafo 13 da lei de 8 de novembro de 1946, obrigar a um 8.º ano, mas não a um 9.º. Em 1958, o Ministério decidiu que já era chegado o momento de prover uma base formal para a escola compulsória de 9 anos. A lei de 10 de abril de 1959 dá às autoridades locais — sob certas condições — o poder de tornar obrigatória a escola de 9 anos com um décimo ano livre.¹³

Em 1964, publicou-se uma nova edição do currículo e dos programas, levando em conta o desenvolvimento obtido através das experiências feitas. Houve revisão de programas e do número de horas atribuídas a certas disciplinas. A terminologia antiga: “secção” e “ramos de secção” (lines e branches of lines), desapareceu para dar lugar a “matérias compulsórias comuns” e “constelações de matérias”. O que é novo é que todas as matérias que contam para o certificado de término de curso, exceto o alemão, são compulsórias para todos os alunos e todos têm o mesmo número de horas de aula nelas.¹⁴

No nono ano, todos os alunos podem escolher matérias práticas e estéticas e outras que particularmente lhes interessem, seja qual for o curso que estejam seguindo. Estas matérias opcionais não contam como exigência de admissão (em outro curso), se esta exigência se baseia no certificado de término de curso.

Há uma série muito grande de experimentações levadas a efeito nas escolas de 9 anos, quer nos primeiros 6 anos em algumas, quer nos últimos 3 em outras, quer ainda em todo o decurso dos 9 anos escolares. Na impossibilidade de trazer dados sobre todas essas experimentações — pois alongaria demais este escrito —,

12. Id., p. 11.

13. SIVERAG, op. cit., pp. 12-13.

14. Id., p. 15.

aludimos brevemente a algumas delas, que nos pareceram mais interessantes. Para mais pormenores remetemos o leitor para a documentação citada.

Desde 1965 fazem-se experiências de atendimento individual das crianças de 1.º, 2.º e 3.º anos. Nas classes 7 a 9 há experiências de integração em classes normais de grupos de alunos que cursam classes especiais. No outono de 1968 começou-se uma experiência de aulas totalmente individuais no ensino de matemática; a experiência é feita com alunos do 7.º ao 9.º ano. Em 1967 deu-se início a uma experiência com alunos de ciências, tomando como variável independente o número de alunos por grupo. A experimentação é feita com duas classes de 6.º ano, tendo os alunos alternativamente aulas para a classe toda e em pequenos grupos. Outra experiência deste tipo foi levada a cabo, a partir do outono de 1966, com grupos de vários tamanhos de alunos do 7.º ano, desenvolvendo-se no 8.º e no 9.º ano com os mesmos alunos, para terminar na primavera de 1969. Os alunos tinham uma aula de ciências por semana e deviam ler por conta própria tanto quanto possível.

Em 1963/64, 105 autoridades locais já mantinham escolas de 9 anos com um total de 98.380 alunos. Destas 105, 13 adotaram o padrão 7 + 2. Nesse mesmo ano, 7 autoridades locais introduziram o 10.º ano livre em suas escolas, com um total de 890 alunos.¹⁵

Em 1968, 330 das 451 municipalidades do país mantinham em plena vigência o sistema de 9 anos de escola obrigatória.

A experiência estendeu-se a muitos outros campos, como: escolas especiais, escola "real" e ginásio, treinamento vocacional, escolas secundárias práticas, escolas de formação de professores, matérias, métodos etc.

Sobre a formação de professores, um relatório observa que: "As Escolas de Formação de Professores proverão seus alunos de instrução teórica e prática para a compreensão das crianças e para ajuda e assistência a elas em seu trabalho escolar, de modo que cada criança, conforme sua capacidade, aumente firme e constantemente a assimilação de nossa herança cultural e cresça no conhecimento de nossa sociedade".¹⁶

EXPERIMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO PRÉ-PRIMÁRIA — Nos últimos anos tem havido interesse na experimentação com classes

15. SIVERAG, op. cit., p. 16. Segundo Mortensen e Persson, op. cit., eram 150 e não 105 as municipalidades que mantinham escolas de 9 anos a esta altura.

16. Id., p. 20.

pré-primárias, i. é, na educação de crianças de 6 anos. Em Oslo há em andamento uma pesquisa com 6 grupos de 15 crianças de 6 anos em processo de educação.

O Conselho também está preparando plano pormenorizado para crianças de 5 anos, de 3 a 4 anos, de 18 meses a 3 anos e de crianças de menos de 18 meses.

PLANOS PARA NOVAS EXPERIMENTAÇÕES — A própria experiência mostrou a conveniência de novos planos de experimentação na escola de 9 anos, sobretudo no que se refere à prática de ensino e à organização da escola.

ALGUMAS CONCLUSÕES — A necessidade de maior individualização do ensino tornou-se mais clara com o estabelecimento da escola de 9 anos. Quando os alunos tiverem de ser ensinados em grupos grandes que constituam a classe toda, até o 9.º ano, é necessário que os professores contem com ajuda, quer no que respeita ao método, quer no que tange à disponibilidade de melhor material de ensino.

Com base na experiência ganha com as experimentações, foi enviado à Assembléia Nacional um projeto de nova lei escolar. Há uma comissão encarregada de estudar o novo currículo desde 1967. Presumia-se em 1969 que a escola de 9 anos seria compulsória nos primeiros anos da década de 70.

MANTENÇA DO ENSINO ¹⁷

O sistema escolar é quase totalmente responsabilidade do governo. Há escolas particulares, mas seu número diminui sempre. Em linhas gerais, pode-se dizer que a responsabilidade da educação está dividida da seguinte forma:

- a instrução elementar compulsória é administrada pelas autoridades locais (“kommune”);
- a educação secundária é encargo da autoridade regional;
- a educação superior é atribuída ao Estado.

Os custos da educação superior e da pesquisa são assumidos totalmente pelo Estado.

As administrações regionais e locais recebem, do governo central, ajuda para a educação, na medida das necessidades econômicas dessas administrações. As escolas particulares também podem re-

17. Hove, op. cit., pp. 6 ss.

ceber tal ajuda, mas esta deve ser votada em cada caso pela Assembléia Nacional.

O ano escolar compreende habitualmente 38 semanas de 6 dias, contando a semana, via de regra, 36 períodos de 45 minutos, sendo que os alunos dos 3 primeiros anos não podem ter mais que 25 aulas por semana, conforme ficou dito no início deste artigo. A semana do professor não pode exceder 24 aulas.

EDUCAÇÃO GERAL

Não há ligação entre o Jardim da Infância e o resto do sistema escolar. Há Jardins em toda a nação, mas sobretudo em áreas de maior concentração populacional. Na maior parte são particulares e podem receber ou não ajuda das autoridades locais. Estas raramente estabelecem e administram tais instituições. O Governo exerce controle sobre elas por meio do "Ministério da Família e dos Negócios dos Consumidores".

Dos 3 aos 6 anos as crianças podem ir ao Jardim da Infância e aí permanecer até os 7 anos. Nos dois últimos anos do Jardim, o trabalho escolar é mais formal. Os professores destas escolas são formados em instituições especializadas para esse trabalho.

A variedade extraordinária de ambiente e de condições de vida impostas pela geografia física da Noruega obrigaram o sistema escolar primário a ser diferente na cidade e no campo. Nos distritos interioranos a maior parte da população está, muitas vezes, disseminada sobre uma grande área, o que torna difícil à criança freqüentar a escola diariamente. Daí que, na maior parte desses distritos, a escola funciona em dias alternados. Em áreas com densidade populacional muito baixa, crianças de classes diferentes podem ter aulas numa mesma classe. Nas cidades e nas áreas de maior densidade populacional, a escola primária funciona diariamente e tem, via de regra, 7 salas de aula, uma para cada série escolar. As autoridades públicas afirmam que, com a reforma, vai diminuir também a diferença entre a educação rural e a urbana.¹⁸ Para tanto estão sendo tomadas providências adequadas.

A obrigatoriedade de 7 anos de escola para todos tornou-se lei pelo Ato da Educação de 1860, reformado pelo Ato de 1889. Todas as crianças normais começam, por lei, a freqüentar a escola no ano em que atingem os 7 anos de idade.

O "Ato das Escolas Primárias" (1959) visava dar, tanto quanto possível, iguais oportunidades educacionais, quer no ensino, quer

18. MORTENSEN e PERSSON, op. cit., p. 17.

em atividades extraclasse, para todas as crianças do país. O Ato, que é um documento legal transitório, dá às autoridades locais oportunidade para estender o período de educação compulsória de 7 para 9 anos. Esta extensão envolve, como foi dito, a fusão de dois tipos de escola secundária ("realskole" e "framhaldsskole"), para formar um novo estágio da escola primária.

Neste período de transição, as escolas primárias de 7 e de 9 anos têm de funcionar segundo dois esquemas parcialmente diferentes como adiante se verá.

Na escola de 7 anos lecionam-se as disciplinas habituais: religião, norueguês, arranjo de casa, história, geografia, ciências naturais, aritmética, caligrafia, arte, música, trabalhos manuais, educação física e inglês. No término do 7.º ano há um exame escrito de Norueguês, Aritmética e, às vezes, Inglês.

A escola de 9 anos compreende:

6 anos de escola elementar ("barneskole"), mais 3 anos de grau secundário ("ungdomskole"), ou

7 anos de escola elementar, mais 2 de grau secundário.

O primeiro tipo (6 + 3) é o mais comum, mas usa-se também o segundo, sobretudo em áreas de população escassa. No segundo grau (7.º a 9.º ano, ou 8.º e 9.º), a gama de disciplinas é maior do que no grau elementar.

No 7.º ano a escola é ainda indiferenciada. Ela é levemente diferenciada no 8.º e claramente diferenciada no 9.º. No 8.º ano há algumas matérias opcionais segundo o interesse do aluno; no 9.º ano há tipos alternativos com níveis diferentes de programas para norueguês, matemática, inglês (3 tipos de programas) e alemão (2 tipos de programa). O aluno pode escolher, p. ex., nível 3 em matemática e nível 1 em línguas. Mas, conforme o que o aluno pretende para o futuro, certas disciplinas e certos programas são compulsórios; p. ex., se o aluno pretende cursar o ginásio (curso de humanidades), é obrigado a estudar duas línguas estrangeiras (alemão e inglês) e a seguir o currículo mais exigente entre as alternativas propostas.

A composição e o conteúdo do exame final também estão em experiência. Até 1966, o exame escrito compreendia duas matérias determinadas anualmente por uma comissão especial para a escola primária (Folkeskoleradet). Nas outras matérias a habilidade do aluno é avaliada em forma de notas no decorrer do ano. O certificado de fim de curso de 9 anos é exigido para admissão aos vários tipos de estabelecimento de educação ulterior.

Há escolas especiais, de vários tipos, para crianças com defeitos físicos. Em geral são internatos, mas, em áreas de população mais

densa e nas cidades, há também externatos. Há ainda escolas especiais para surdos, para cegos, para crianças com perturbação na fala, para retardados mentais e para desajustados. Essas escolas são de responsabilidade do Estado, mas há também as que estão a cargo de autoridades locais.¹⁹

Nas municipalidades onde a escola de 9 anos ainda não foi introduzida, continua o sistema de 7 anos na forma organizada em 1936. Essas municipalidades podem obrigar a um 8.º ano, regulado por provisões especiais e chamado "escola de continuação" (framhaldsskole).²⁰

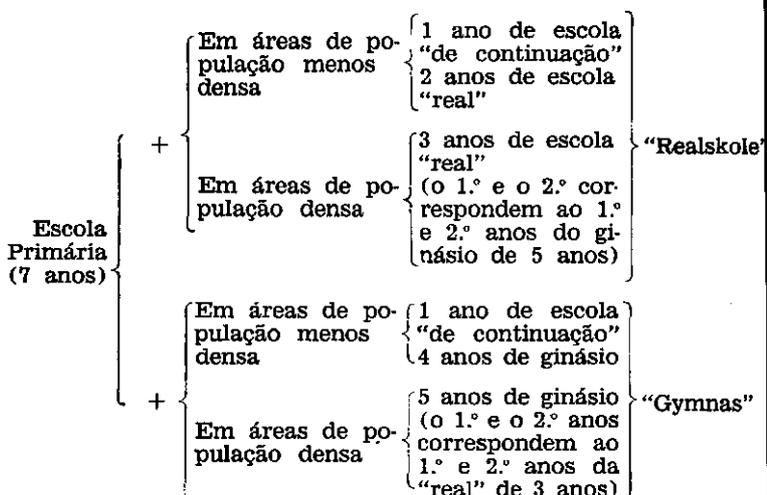
A "escola de continuação" oferece cursos cuja duração varia de 12 semanas a 2 anos, mas só o primeiro ano pode tornar-se compulsório para jovens que não se inscreveram em outra escola após o 7.º ano. Seus cursos noturnos podem durar 3 anos, com períodos diários reduzidos. Em geral, estes cursos equivalem a um ano escolar. Cerca de 50% das autoridades locais exerciam em 1968 o direito de obrigar à "escola de continuação", mas esta vai desaparecer à medida que for sendo introduzida a escola de 9 anos.

As classes inferiores e superiores da escola de humanidades, chamadas respectivamente "realskole" e "gymnas", dão formação acadêmica geral após o término do 7.º ano do curso primário. A extensão do período de educação compulsória de 7 para 9 anos significa, como já ficou dito, o desaparecimento da "realskole" com a absorção de suas classes pelas classes superiores da escola primária, chamadas "ungdomsskole". O ginásio (gymnas) é um curso de 3 anos que leva ao "exame de matrícula", que é uma exigência básica para admissão à Universidade e às Faculdades.

Há mais de um modo de organização dos currículos escolares na escola secundária, tanto na escola "real" como no ginásio: aquela pode constar de 2 anos ou 3 e este pode compreender 3, 4 ou 5 anos. O critério para a diferença de organização é a densidade da população. Esquemáticamente, a educação de tipo humanístico dado por ambas essas escolas até o presente pode apresentar-se da seguinte forma:

19. Hove, op. cit., p. 13.

20. MORTENSEN e PERSSON, op. cit., p. 16.



Com o advento da escola compulsória de 9 anos, vai desaparecer a "escola real" e o ginásio terá 3 anos que se seguem diretamente àqueles 9.

A escola "real" de 3 anos e o ginásio de 5 são tipos de escolas combináveis, i. é, permitem transferência, como se vê no quadro acima: os dois primeiros anos da escola "real" de 3 anos coincidem com os dois primeiros do ginásio de 5 anos. Após 2 anos, a "real" e o ginásio andam por caminhos separados.²¹

Na nova forma de escola primária — a de 9 anos —, os dois últimos correspondem aos dois primeiros anos do ginásio de 5 anos. O curso do ginásio reduz-se, desta forma, a 3 anos.

Na escola "real" estuda-se: religião, norueguês, alemão, inglês, história e ciências sociais, geografia, biologia, química e fisiologia, física, aritmética e matemática (sic), economia, contabilidade, arte, trabalhos manuais, educação física e canto. No 3.º ano é possível um certo grau de especialização (física, tecnologia, marinha, economia doméstica), mas a maior parte das escolas não dispõe desta maleabilidade.

A escola "real" termina por um exame escrito que é o único e simultâneo para todas as escolas da nação. O haver ou não exame oral fica ao arbitrio de cada escola. A aprovação neste exame final qualifica o aluno para vários tipos de instituições de educação ulterior, v.g., escolas técnicas, escolas práticas (correios, telegrafo, vias férreas) e escolas de navegação.

21. MORTENSEN e PERSSON, op. cit., p. 15.

O ginásio ou escola secundária de humanidades de grau superior (ou sênior — a “realskole” seria de grau inferior ou júnior) abre-se em vários ramos a partir do 1.º ano, se o ginásio é de 3 anos, e a partir do 3.º, se é de 5 anos. Em 1966, eram oferecidos 5 ramos, “linhas” ou opções, embora os 5 não existissem necessariamente em todos os ginásios. Eis os 5 ramos:

Latim, que pode incluir grego;
Ciências, com ênfase em matemáticas e física;
Línguas modernas, com ênfase em inglês;
Norueguês, com ênfase na história e língua do país;
Biologia, com ênfase em biologia e química.²²

Há experiências em outras direções, tais como: música, francês, russo etc. 95% dos alunos do ginásio escolhem o ramo das ciências ou o de inglês.

Como já foi dito, o ginásio termina por um “exame de matrícula” que qualifica para admissão à Universidade, a Faculdades, a Escolas de Formação de Professores e a outras instituições de educação superior. O exame é escrito e oral. O escrito é simultâneo e único para todos os ginásios do país. Realiza-se habitualmente em maio; o oral se realiza em junho.

Em 1964, entre 70 e 80% da população jovem estudava mais que 7 anos. Nas grandes cidades esta proporção chegava a 90 e mesmo a 95%. Cerca de 40% dessa população freqüentava a “Realskole” ou o “Gymnas”; 20%, mais ou menos, ia à Universidade ou às Faculdades.²³

No antigo sistema escolar podia-se dizer que a “realskole” e o ginásio eram os degraus para ocupações de natureza acadêmica ou intelectual e para posições burocráticas, ao passo que a escola primária, possivelmente suplementada pela “escola de continuação”, oferecia a educação básica para as artes manuais, para os empregos na indústria e para outras ocupações práticas. Mas, com o aumento constante do número de pretendentes à “realskole”, esta generalização já não corresponde à realidade. Em particular, os jovens que visam formação técnica mais avançada buscam adquirir mais vasta educação geral antes de entrar para o mundo do trabalho. Quando a escola de 9 anos for obrigatória para todos, desaparecerá a distinção entre os grupos de juventude quanto à formação, e a candidatura a empregos práticos também será proposta por jovens com talentos para trabalhos intelectuais. É o que afirmam escritos publicados por órgãos do governo.

22. HOVE, op. cit., pp. 16, 17.

23. MORTENSEN e PERSSON, op. cit., p. 17.

Embora isto possa ser verdade em tese, na prática o problema se complica por circunstâncias óbvias: É natural que um indivíduo com capacidades intelectuais faça dificuldades para sujeitar-se a trabalhos socialmente qualificados como de nível inferior. Uma das pessoas oficialmente indicadas pelo Ministério da Educação para dar-me informação sobre o assunto que me interessava, afirmou-me que já há escassez de mão-de-obra por uma questão de prestígio social. O sistema educacional, diz ele, criou o problema do prestígio: Todos querem graus universitários, mas para alguns isto é impossível porque os cursos que fizeram não lhes outorgam este direito, ou porque não têm capacidade intelectual para tirarem melhores cursos. A situação de escassez de mão-de-obra não é criada por questão de nível salarial, pois o trabalhador manual é bem pago; é só questão de prestígio social. Seja como for, com a escolaridade prolongada, os jovens terão maior soma de conhecimentos gerais, com os quais poderão contar no momento de começar a formação profissional.

ORIENTAÇÃO

Nenhum dos documentos fornecidos pelo Ministério dos Cultos e da Educação da Noruega fala em Orientação Educacional. Sobre Orientação Vocacional fala um pouco, mas a ênfase é posta na formação ou treinamento profissional, que os documentos oficiais chamam, em sua tradução inglesa, de "Vocational Training". Os documentos referem-se também às Escolas "Vocacionais", que nós chamaríamos antes "Escolas Profissionais". A grande preocupação, que se nota em todos os tipos de escola após a primária, é o encaminhamento do indivíduo para o tipo de trabalho que lhe é adequado, ou para o que ele escolheu.

SERVIÇO DE COLOCAÇÃO EM EMPREGOS — ORIENTAÇÃO VOCACIONAL ²⁴

Desde muitos anos os noruegueses contam com agências oficiais de empregos, que não só oferecem empregos, mas interessam-se por indicar os que mais parecem quadrar para cada caso.

A Orientação Vocacional é relativamente recente na Noruega, mas já antes de 1940 havia departamentos de Orientação Vocacional junto aos escritórios de empregos de duas das maiores cidades do país. Estes departamentos encarregavam-se da colocação dos jovens e baseavam seu conselho, até certo ponto, em testes psicológicos.

24. MORTENSEN e PERSSON, op. cit., pp. 20-27 e 108-111.

As determinações que regem o serviço público de emprego foram assentadas na Lei de Emprego de 1947, que sofreu algumas emendas posteriormente. Esta lei adjudica a responsabilidade de emprego, a orientação vocacional e medidas contra eventual desemprego a um organismo estatal central, a saber, a Diretoria do Trabalho (Arbeidsdirektoratet). Esta Diretoria tem escritórios distritais em todas as comarcas do país. Estes escritórios, antes municipais ou intermunicipais, passaram a ser estatais em 1963. Só então o trabalho de Orientação Vocacional começou a progredir. Agora há aconselhadores vocacionais adidos às agências de todas as comarcas e a muitos escritórios distritais de emprego. Em 1963, já havia 76 destes postos providos. Além disso, havia 5 "Institutos de Psicologia da Vocação", com 13 bem formados "psicólogos de vocações". Estes institutos não só dão Orientação Vocacional, mas ainda aplicam testes psicológicos sobretudo a aprendizes e alunos de escolas vocacionais. Além disso são consultores de firmas industriais, de empresas ligadas às artes manuais etc. A escolas vocacionais, o serviço é prestado por meio de entrevistas sistemáticas e testes, visando descobrir os candidatos que podem tirar melhor proveito da formação programada.

A Diretoria do Trabalho, que tem um departamento especial para Orientação Vocacional, composto de um psicólogo, professores e especialistas nos vários ramos de estudo, enfatiza os seguintes pontos em suas recomendações aos aconselhadores:

1. Devem estar informados sobre as perspectivas de emprego para os jovens em seu distrito e no país todo em geral.
2. Quando dão informações e conselho a um cliente, devem ser capazes de combinar os interesses e talentos de cada indivíduo com a avaliação imparcial das possibilidades que ele tem de levar seus planos à execução.
3. Devem possuir informações exatas sobre escolas e facilidades educacionais e sobre a disponibilidade de bolsas e outras formas de assistência econômica para a educação.

A Diretoria faz o possível para obter as informações necessárias. Ela organizou um arquivo em forma de folhetos sobre ocupações, que informam sobre 400 tipos de trabalho. Além disso, foram catalogadas as principais escolas vocacionais e instituições educacionais do país e do estrangeiro. Os aconselhadores vocacionais recebem regularmente as últimas informações desta fonte.

COOPERAÇÃO COM AS ESCOLAS — A cooperação com as escolas é parte importante da atividade do aconselhador vocacional. Sempre que possível, estes conselheiros visitam as classes finais dos cursos e envolvem os pais dos respectivos alunos no processo de orientação.

A Diretoria preparou brochuras a serem distribuídas aos alunos que terminam o 7.º ano primário e outras para os do 3.º ano da escola "real". Estas brochuras eram discutidas pelos professores em horas de aula. Esta forma de Orientação Vocacional não mereceu aprovação e em 1956 formou-se uma comissão de coordenação de orientação vocacional, com representação de escolas ordinárias, de escolas vocacionais, de escolas de formação de professores e de oficiais de empregos. Esta comissão preparou recomendações para orientação vocacional intensiva nas escolas e, mais tarde, ofereceu conselhos sobre como pôr em prática aquelas recomendações. A proposta é que, nas escolas ordinárias, se assinem algumas horas para orientação vocacional teórica e prática. A matéria será esclarecida pelos professores, que deverão ter feito um curso sobre o assunto, provido pela Diretoria do Trabalho ou por instituições de formação de professores em colaboração com esta Diretoria.

Conhecimento prático da ocupação pode ser obtido por visitas a firmas e a escolas de formação profissional, onde os alunos podem aplicar-se a uma ocupação por um curto período.

Na escola unificada de 9 anos dá-se grande importância à instrução com vistas a uma ocupação. Supõe-se que cada escola tenha um psicólogo consultor, que se encarregará de todo o trabalho concernente à Orientação Vocacional.

MÉTODOS PARA A ORIENTAÇÃO VOCACIONAL — Orientação Vocacional individual é trabalho voluntário. O fim primário é proporcionar informação concreta e ajuda prática. Tenta-se concordar com os interesses do jovem e evita-se conscientemente qualquer atitude ou medida que saiba a compulsão ou persuasão com vistas a induzir o jovem a mudar de idéia e tomar outro rumo. Só quando é evidente que seus planos são fantasistas, tenta o aconselhador dirigir os interesses do cliente por canais mais realistas. A principal tarefa do aconselhador é ajudar o jovem a realizar as esperanças que arquitetou. A consulta tem mais êxito quando o jovem se retira com o sentimento de que não precisava ter buscado ajuda.

Se for necessário e o cliente o deseja, o aconselhador pode ajudá-lo a descobrir se sua inteligência e seus talentos permitem garantir certo grau de êxito na ocupação escolhida. Esta informação é obtida por meio de entrevistas, avaliação de fichas e relatórios escolares, referências de professores etc. Se for conveniente, o cliente pode submeter-se a experiências para testar sua habilidade. A Diretoria do Trabalho e os institutos de psicologia preparam e controlam constantemente novos testes, uma vez que a investi-

gação mostrou a pouca validade de alguns. Mesmo com esta reserva, os testes são aplicados com a maior cautela, e a informação colhida por longa observação, p. ex., a que é fornecida pelos relatórios escolares, é considerada mais válida que a dos testes.

Os passos mais importantes do jovem para a vida de trabalho podem ser resumidos como segue:

1. Enquanto na escola, são estimulados a interessarem-se pela escolha de uma ocupação e inteirados das exigências da vida de trabalho.
2. Por contactos individuais, os aconselhadores vocacionais ajudam os jovens a esclarecer seus desejos com relação à sua ocupação futura, tendo em mente sua capacidade de êxito nela, e a planejar sua educação em consonância.
3. O oficial de emprego ajuda então o jovem a encontrar trabalho que quadre com seus planos.

TREINAMENTO VOCACIONAL NA ESCOLA E NO TRABALHO ²⁵

“Treinamento vocacional deve ser providenciado separadamente para cada uma das diferentes ocupações. Os requisitos para a formação e o treinamento variam largamente de uma ocupação a outra. Em algumas ocupações basta ao principiante um rápido período de uma semana ou duas de treinamento, para dominar satisfatoriamente o trabalho. Em outros misteres é necessária longa e cabal instrução teórica e prática, para que o aspirante atinja padrão suficiente” no desempenho de sua ocupação.

“Em algumas ocupações o treinamento se realiza no próprio lugar do trabalho; em outras, requer-se trabalho sistemático em classe de escola e ainda em outras é necessária a combinação destes dois métodos.”

Estes dois parágrafos mostram bem o que significa, no caso, “formação ou treinamento vocacional”: é a formação profissional. Supõe-se, entretanto, um trabalho prévio de orientação vocacional.

Quase todas as escolas vocacionais são gratuitas. Além disso, quando os alunos têm que se deslocar de sua cidade ou aldeia para sua formação profissional e a família não pode arcar com as despesas, os jovens podem facilmente conseguir bolsas, totais ou parciais, de acordo com as possibilidades das famílias. Em última instância há fundos estatais para empréstimos em condições favoráveis e sem exigência de garantias.

25. MORTENSEN e PERSSON, op. cit., pp. 26 ss. e 108 ss.

Nos últimos anos fez-se enorme esforço na formação vocacional para toda espécie de ocupações. Onde as esferas públicas (estatais, regionais ou municipais) ainda não podem operar, firmas particulares encarregam-se do treinamento de seus trabalhadores e de seu corpo de funcionários.

O treinamento vocacional tornou-se hoje um dos mais importantes fatores sociais na Noruega.

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

De tudo o que fica dito até aqui, poderia alguém inferir a inexistência de Orientação Educacional na Noruega. Esta inferência seria, porém, apressada e falsa.

Antes de argumentar pela existência da Orientação Educacional em sentido estrito neste país, podemos afirmar que valem para a Noruega os mesmos argumentos aduzidos para justificar a demora da introdução da Orientação Educacional na Inglaterra: escolas relativamente pequenas, classes pouco numerosas, professores bem formados etc., e a conseqüente facilidade de contacto entre alunos e professores e, daí, a possibilidade de atendimento dos alunos em dificuldade, pelos próprios professores.²⁶ O que esses professores fazem é Orientação Educacional, embora não em sentido pleno. Em verdade, há na Noruega Orientação Educacional, ainda que em pequena escala, em seu sentido estrito.

Com efeito, em primeiro lugar, cabe perfeitamente ao campo da Orientação Educacional a Orientação Vocacional que precede o encaminhamento do aluno à formação profissional nas chamadas "escolas vocacionais".

Em segundo lugar, embora nossas informações a respeito sejam poucas e pobres, pois nossa passagem pelo país foi rápida — três dias apenas —, podemos afirmar que há na Noruega Orientadores Educacionais exercendo os misteres clássicos da Orientação e usando os mesmos métodos usados, mais ou menos em toda parte, onde há Serviços de Orientação Educacional.

Foi-me dado visitar duas escolas onde se faz realmente o que habitualmente se entende entre nós por Orientação Educacional: abordar ou ouvir alunos para prevenir ou resolver seus problemas, assisti-los na escolha de sua profissão, tratar com pais e professores sobre assuntos que dizem respeito aos alunos etc.

26. HENRI CHABASSUS. *A Orientação Educacional na Inglaterra*. Rio de Janeiro, "VERBUM", Tomo XXXI, Fasc. 3, setembro 1975, pp. 1-23.

Na rápida visita feita à Noruega tive 3 entrevistas: duas com Conselheiros do Ministério dos Cultos e da Educação e uma com um Conselheiro do Conselho de Estado para a Educação Compulsória. Explicaram-me eles em síntese o sistema educacional do país. A seguir visitei duas escolas secundárias compreensivas, a saber: a escola de Bekkestua e a escola de Manglerud. Fui atendido em cada uma delas pelo respectivo Orientador Educacional.

O SISTEMA

O Orientador Educacional é também Professor na escola. O Professor dá 24 horas semanais de aula. O Orientador dá só 12, empregando as outras 12 no Serviço de Orientação. O sistema de atendimento depende, é claro, das idiossincrasias do Orientador, mas o serviço prestado é o que o Orientador presta, mais ou menos em toda a parte.

Em casos especiais (problemas psicológicos mais sérios, v.g.), o aluno é encaminhado a um serviço fora da escola — “Gabinete de Psicologia Escolar” —, que serve todas as escolas compreendidas em uma certa área. Aí trabalham Psicólogos, especialistas em Pedagogia e Assistentes Sociais, que buscam resolver, individualmente ou em equipe, conforme o caso, os problemas apresentados pelo aluno.

Um elemento interessante da equipe escolar é o “Professor Social”. É um Professor que é também Assistente Social. Sua função não diz respeito somente à família do aluno problemático, mas também e sobretudo ao aluno que apresenta problemas de ordem social: furtos, agressividade social, agressividade sexual etc. A Polícia tem fichados os nomes desses Professores Sociais e estes podem ser chamados por ela a qualquer hora, mesmo no meio da noite.

A infração de normas sociais, ou mesmo da lei, que leva o menor à Polícia, tem muitas vezes como consequência a adjudicação do menor à tutela do Professor Social de sua escola. Tomam-se medidas para que o delinqüente aceite a tutela do Professor Social e este passa a assistir o tutelado em suas necessidades. É um trabalho que participa da razão de Orientação, de Psicologia e de Assistência Social. Se necessário, há ainda recurso aos serviços de psicologia fora da escola.

No momento da eleição de uma carreira o passo interessante é, como ficou dito mais de uma vez, o do estágio dos alunos da 8.ª e da 9.ª séries do primário, assim como do 2.º e do 3.º anos da

“realskole” e do ginásio, em ambiente de trabalho (hospitais, lojas, escritórios etc.).

O sistema de Professor Orientador era o normal quando lá estive em 1969. Havia também, mas muito poucos, Orientadores que só tinham a atribuição de Orientador. Nesta situação havia em 1959 só 4 ou 5 pessoas. A primeira das pessoas nesta situação foi o Orientador que, dez anos depois, me atendeu na escola de Bekkestua. Nesse momento — 1969 — discutia-se no Ministério se se devia manter o sistema de Professor Orientador ou se os Orientadores formados “ad hoc” passariam a ter exclusivamente a função de Orientador Educacional.

CONCLUSÃO

Como se depreende do artigo, a juventude norueguesa é bem assistida em suas necessidades e dúvidas, quer pelos Professores em geral, quer pelos Professores Orientadores, quer por Orientadores Educacionais, ainda que raros, quer por outros serviços existentes fora da escola.

Quero agradecer aqui às autoridades do Ministério dos Cultos e da Educação que organizaram o meu breve programa, e me atenderam no mesmo Ministério, Sr. Olav Nyhamar e Sr. Einar Nyhus, ao Sr. Torleiv Hauge, do Conselho de Estado para a Educação Obrigatória, assim como aos dois Orientadores que gentilmente me prestaram informações sobre seu trabalho de Orientação Educacional, respectivamente Sr. Cato Hambro, na Escola de Bekkestua e Sra. Cecilie Murphy, na de Manglerud. Foram eles que, por meio de suas exposições e da bibliografia que me forneceram, permitiram-me dar esta notícia sobre a Educação e a Orientação Educacional na Noruega.